

# ESCOLA E COMUNIDADE : TOMANDO PARTIDO PELA PARTICIPAÇÃO<sup>1</sup>

Kelma Socorro Lopes de Matos\*  
Mauricio Holanda Maia\*\*

## 1 APRESENTAÇÃO

Este texto propõe-se a oferecer aos professores e demais profissionais da educação, principalmente os da Escola Pública, informações e um roteiro de discussão que possam subsidiá-los na tarefa de refletir a realidade das experiências de participação da comunidade na escola e da escola na comunidade.

A necessidade de refletirmos sobre a realidade das práticas de participação, na relação entre escola e comunidade, não se configura como mero exercício intelectual e sim como contribuição diante dos desafios impostos pela nossa prática, na medida em que, estamos buscando diagnosticar e avaliar as condições, os limites, as possibilidades e os resultados até aqui conseguidos em algumas experiências onde se tentado incrementar o nível de participação da comunidade na escola e da escola na comunidade.

O nosso ponto de partida e de chegada deve ser, para cada leitor, a própria realidade concreta e imediata do seu cotidiano de trabalho escolar - educativo. A primeira pergunta que temos então a fazer é: **há prática participativa no meu local de trabalho?** Se a resposta é negativa, **o que explicaria essa ausência de participação?** Se a resposta é positiva, **em que medida e de que forma ocorre a**

participação que acreditamos existir? Mas também, teríamos de nos perguntar, **o que está sendo compreendido por participação?**

O itinerário que vamos percorrer agora não tem a menor pretensão de oferecer respostas prontas e certas, e muito menos receitas do que fazer para tornar a participação na relação entre escola e comunidade possível, ou melhor. O que pretendemos aqui é dar algumas informações e também levantar questões que nos possibilitem uma avaliação crítica e realista das possibilidades e limites de nossa prática, quanto ao desejo e ao desafio de viabilizar e incrementar a participação como procedimento comum e legítimo na relação entre escola e comunidade.

Buscaremos, assim, uma reflexão que oriente nossas escolhas. Que nos ajude, por um lado, a evitar o entusiasmo fácil, dos que não cansam de achar e dizer que a participação é suficiente para solucionar todos os problemas da escola, e mesmo da sociedade mas que, ao mesmo tempo, estão dispostos a se satisfazerem com as mínimas aparências.

É pois partindo dessa realidade, que vamos trabalhar, para buscar uma compreensão global dos fatores mais complexos e menos imediatos que aí interferem, condicionando-a, para voltarmos a ela com uma maior clareza da nossa ação, do que queremos e do que podemos fazer.

## 2 A REALIDADE DA PARTICIPAÇÃO

Descrevendo o quadro das práticas de participação da escola na comunidade e da comunidade na escola, poderíamos afirmar que:

a. em geral, a vida cotidiana na escola é marcada por uma quase ausência de práticas participativas,

\* Mestre em Educação (UFC -FACED) e Professora da Universidade de Fortaleza - UNIFOR

\*\* Mestre em Educação (UFC-FACED) e Professor da Universidade do Vale do Acaraú -UVA

<sup>1</sup> Texto escrito por solicitação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF - para subsidiar a formação de professores multiplicadores do Programa de Melhoria do Atendimento dos Serviços de Educação Infantil que o mesmo desenvolve em colaboração com a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará e um significativo número de Prefeituras Municipais. (Agosto de 1994)

e que raros são os casos em que o pessoal da escola empenha-se em favorecer a participação da comunidade na escola;

b. que quando este tipo de participação é proposta, trata-se, geralmente, de pedir a um pai ou mãe, ou ainda a um grupo de pais de alunos para fazerem algum serviço na escola, como conserto, limpeza, mutirão, ou para que estes ajudem na organização de alguma festa ou evento;

c. outra maneira comum de perceber a participação dos pais na escola, normalmente para lamentar a ausência dessa participação, é esperar que os pais apareçam cada vez que são convocados para reuniões de pais e mestres.

Sendo este quadro aceito como realista da situação das práticas de participação, temos que tecer algumas considerações sobre o mesmo. A primeira destas considerações é de que a percepção de comunidade que informa estas práticas é extremamente restrita e essa comunidade não tem, certamente, qualquer base real de organização e ação.

Por outro lado, é significativo que o pessoal da escola, quando pensa ou fala de comunidade, pense quase que exclusivamente nos pais, não percebendo como comunidade os grupos populares que se organizam para expressar e/ou tentar responder as necessidades e os desejos dos cidadãos, como os sindicatos, as associações de moradores, a igreja, as associações culturais, de lazer e esportivas.

Outra consideração a ser feita é sobre o que está, neste caso, sendo compreendido como participação. A participação, aqui, é pensada como disponibilidade dos pais de alunos para ajudarem a escola com seu trabalho voluntário, seja num mutirão de limpeza, seja na organização de uma festa, ou num outro plano, num sentido mais "pedagógico", como a preocupação e a responsabilidade com que os pais deveriam acompanhar a vida escolar dos seus filhos, participando das reuniões quando convocados, ou vindo à escola para ouvir conselhos ou reclamações da diretora, quando seus filhos estão envolvidos em problemas de indisciplina.

É portanto uma concepção de participação de quem pensa que pode e sabe mais que os outros, e que convoca a "comunidade" para executar tarefas sobre as quais cabe somente ao pessoal da escola, em geral à diretora, decidir. Raramente, vemos os setores organizados de uma comunidade serem convidados pela escola à expressarem livremente suas opiniões ou a participarem num processo de tomada de decisões.

### 3 ENTENDENDO O SIGNIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

A idéia de participação pressupõe um sujeito que age. É alguém, um sujeito ativo, que junto com outro ou outros sujeitos igualmente ativos organizam-se num grupo, empreendem uma ação. Neste sentido, a idéia de participação não descreve apenas a relação abstrata que existe entre uma parte (alguém) e o todo (o grupo de que faz parte), mas sugere uma relação entre sujeitos que são ou que fazem parte de um todo, e esse todo é construído, precisamente, pela atividade dos sujeitos (partes).

Fazendo agora uma apresentação das ideias que têm aparecido com mais frequência nos debates e discussões educacionais sobre participação da comunidade na escola e da escola na comunidade, é preciso dizer que este debate não acontece fora do contexto maior que é o processo histórico em desenvolvimento na sociedade brasileira.

A palavra participação passou a ter maior visibilidade no Brasil, nos anos 70, no contexto das políticas sociais do governo em suas ações de assistência social com as populações pobres. Nesta época, a sociedade brasileira estava marcada pelo autoritarismo dos governos militares, e os espaços para participação real da sociedade brasileira nos rumos econômicos, políticos e sociais do país eram muito pequenos.

Assim o uso abusivo da palavra participação neste contexto, passou a fazer parte de uma estratégia de legitimação social, ganhando na boca dos políticos, governantes e funcionários públicos - ligados aos problemas sociais das populações mais pobres - o caráter de uma palavra mágica, destas que fazem as pessoas acreditarem que as coisas vão mudar para melhor, mas que no fundo servem para esconder a vontade de não mudar coisa alguma.

No final dos anos 70, e durante toda a década de 80 surge, de forma mais clara, por parte dos profissionais ligados à educação, a preocupação em discutir e avançar na construção de práticas participativas na escola. Assim é que o debate sobre participação da comunidade na escola e da escola na comunidade aparece, em seus aspectos fundamentais, associado às tentativas de democratização da sociedade e da escola.

## 4 AS DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO

As proposições do debate sobre participação da comunidade na escola e da escola na comunidade referem-se à três dimensões básicas do cotidiano do trabalho escolar. Estas três dimensões estão ligadas umas às outras, de forma muito estreita, principalmente porque estão relacionadas à construção e exercício de hábitos e práticas democráticas, mas é importante definir a especificidade de cada uma delas.

### 4.1 A dimensão metodológico-didática

A primeira dimensão refere-se, especificamente, ao processo de ensino-aprendizagem. Aqui a participação é vista como princípio metodológico-didático, e diz respeito às formas mais ou menos participativas e mais ou menos democráticas com que o professor conduz a relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem, isto é, a relação do aluno com o saber.

Esta dimensão da participação na escola já vem sendo discutida há muito tempo no âmbito das teorias pedagógicas que propõem a aprendizagem como um processo ativo, centrado no estudante. Sobre esta proposição é importante destacar o seu significado para a construção da democracia. É preciso dizer que um processo ativo, participativo e democrático de socialização e aquisição do saber por parte dos alunos - em que o professor respeite o saber social extra-escolar - é fundamental para a construção de uma cultura democrática, mas por outro lado, é preciso evitar a ilusão muito comum, de que a mera condução democrática de uma sala de aula é uma garantia de formação de indivíduos e de uma sociedade democrática.

### 4.2 A dimensão da organização da gestão escolar

A segunda dimensão refere-se, especificamente, à organização e gestão democrática da escola, que é o tema central da nossa reflexão. Aqui se trata de afirmar que a participação não pode se reduzir ao uso de métodos e técnicas pedagógicas, mas que deve estar presente na própria forma como a escola se organiza para gerenciar as atividades do cotidiano escolar, bem como na forma como a escola conduz os processos de discussão e de tomada de decisões.

De início, poderíamos dizer que há duas esferas em que se dá a organização do cotidiano escolar de forma mais ou menos participativa, que são a esfera das relações internas e a esfera das relações externas.

A participação na esfera das relações internas diz respeito à forma como se relacionam os grupos que compõem a unidade escolar, os alunos, os professores, os funcionários administrativos e de serviços, e a direção. Diz respeito à forma como estes coletivos organizam-se e relacionam-se entre si, e sobretudo, às relações de poder, às parcelas de poder que cada um destes coletivos detêm nos processos de tomada de decisões. Se a organização é mais autoritária, centrada no poder da direção, ou se é mais democrática, fundada na participação de todos em busca de uma gestão colegiada.

A outra esfera refere-se à forma como esta organização interna relaciona-se com dois sujeitos externos que, no entanto, estão presentes de forma marcante no cotidiano escolar. Estes dois sujeitos são, de um lado, a comunidade, e de outro lado, o Estado<sup>2</sup>.

#### 4.2.1 A relação escola e estado e suas consequências para as práticas participativas

Quanto à presença do Estado, a escola para funcionar, tem que estar em conformidade com infinitas e complexas determinações legais, tem que prestar contas de seu trabalho aos órgãos que administram a educação (Secretarias, Ministérios, Conselhos), e sobretudo, depende dos recursos materiais e humanos que o Estado tem a responsabilidade de suprir.

Primeiro há que se dizer que a *parafernália* de uma legislação centralizadora e autoritária ainda está muito presente na organização escolar. Segundo, as relações da escola com os órgãos superiores de administração educacional, têm se dado muito menos como apoio efetivo às escolas, para que estas possam melhorar o seu trabalho, e muito mais como controle burocrático que consome grande parte do tempo e das energias do pessoal escolar e, em geral,

<sup>2</sup> Quando falamos de Estado, estamos nos referindo ao fato de que tratamos, neste texto, de escolas públicas mantidas por um governo, seja ele municipal, estadual ou federal. Além disso, a presença do Estado faz-se sentir nas muitas leis que de forma direta ou indireta repercutem na organização escolar, bem como através das decisões político-governamentais.

tende a criar impedimentos às práticas participativas e democráticas.

#### **4.2.2 As relações escola e comunidade**

Como foi dito antes, normalmente, o pessoal da escola concebe a comunidade, para efeito de participação na escola, como a (re)união dos pais dos alunos em torno de alguns problemas a serem enfrentados. É preciso ampliarmos a nossa concepção de comunidade. Deve ser entendida por comunidade os grupos de um bairro ou de uma localidade que têm alguma identidade ou interesses comuns, que fazem com que as pessoas se organizem, dividam papéis e tarefas, e que juntos realizem seus projetos comuns.

#### **4.3. A dimensão da relação escola e sociedade - a questão da participação como elemento de construção da cidadania.**

A terceira dimensão diz respeito, especificamente, à relação entre escola e sociedade.

Neste contexto, as práticas de participação na escola, tem sido percebidas enquanto um processo social que contribuiria com a formação do cidadão, apto a viver na sociedade democrática.

Concordarmos, em princípio, com a ideia de que é no exercício das práticas participativas e democráticas, que os homens se constroem como cidadãos, e que juntos constroem a democracia, mas precisamos, também, atentar para um risco muito comum, que é o de imaginar que isolada, a escola teria o poder de determinar a sociedade, quando é precisamente o contrário que acontece.

## **5 EDUCAÇÃO E CIDADANIA - COMO SE DÁ ESSA PARCERIA?**

Nos anos 80 a ideia de “educar para formar o cidadão” veio à tona com uma força muito grande, principalmente quando ao se falar em educar, entendia-se de imediato escolarizar, ou seja - mais do que em qualquer outro período - a escola foi eleita como local ideal para “moldar o cidadão”.

Partindo dessa consideração inicial, nos propomos a discutir dois pontos que, certamente, con-

tribuirão para a reflexão sobre nossa postura frente aos desafios quotidianos da escola pública: 1º. Educar significa escolarizar? 2º. Como se forma o cidadão?

Carlos Rodrigues Brandão<sup>3</sup> nos diz que “todos os dias misturamos a vida com a educação”, isso quer dizer que nos educamos quando trocamos saberes através da convivência social. Esse aprendizado, inicia-se desde a mais tenra idade, quando passamos a apreender valores e normas, próprios do grupo em que vivemos. A socialização desses saberes se dá, primeiramente, na família, na rua, no contacto com o “outro mais próximo” e posteriormente acontece também na escola - para as pessoas que conseguem ter acesso a essa instituição, já que apenas uma minoria das crianças brasileiras ingresam nos serviços de Educação Infantil.

A inserção da criança na escola tem um significado social de grandes dimensões, essencialmente se a escola não se trancafia em seus muros - deixando a VIDA do lado de fora - e compreende que é importante considerar a experiência do vivido pela criança, estimulando sua criatividade e percebendo-a como sujeito no processo do aprender. Os conhecimentos, nesse caso, poderão ser reelaborados de forma mais interativa: crianças e educadores juntos, pensando e apreendendo novos saberes<sup>4</sup>.

Independente da postura da escola, os saberes se processam no espaço educativo escolar. Claro que se há uma opção institucional de valorizar, além dos conteúdos curriculares - que são imprescindíveis - também a socialização e a realidade das crianças, será mais fácil entender: a lógica e o modo como os alunos se expressam; as formas diferenciadas de apreensão dos conteúdos; as relações que podem ser feitas entre o cotidiano das pessoas e o conteúdo estudado; as dificuldades sócio - econômicas dos pais; a importância da participação dos pais e alunos na escola, enfim o mundo que acontece “fora da escola”, que é o mundo dentro do qual a escola acontece.

O papel do educador, nesse contexto, é de fundamental importância, pois a democratização da Escola Pública deve acontecer também no espaço da sala de aula. É nesse espaço que se pode ousar ir além das “quatro paredes” que o limitam. É aí que o pensamento criativo deverá ser estimulado para se manifestar. É na sala de aula que se constrói o res-

<sup>3</sup> BRANDÃO, Carlos.R. - O QUE É EDUCAÇÃO. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1989.

<sup>4</sup> A este respeito, é muito estimulante a leitura do livro TIRIBA (1992)

peito pelas pessoas do grupo entre si, quando um se reconhece no outro - a partir das afinidades e diferenças.

Mas como é que isso acontece de fato? Como repassar conteúdos fazendo relação com o mundo vivido? Mais que uma "fórmula", o importante é perceber que o modo de abordar os conteúdos e democratizar o espaço da sala de aula, depende, sobretudo, de uma opção do professor. Opção que não é fácil, levando-se em conta que o trabalho na escola pública é também dificultado por questões básicas de infra-estrutura. Mas que permanece uma opção possível e viável.

Entre o repasse de conteúdos, visando a instrução mínima para qualificar a futura mão-de-obra, e o trabalho com os conteúdos, fazendo com que os alunos percebam criticamente os valores da sociedade em que vivem, há um caminho árduo a ser percorrido.

O entendimento de que as crianças que frequentam a escola pública têm vivências diferenciadas socialmente - por serem filhos de trabalhadores assalariados, de pessoas desempregadas que sobrevivem no mercado informal de trabalho, como lavadeiras, pequenos comerciantes, camelôs - e que devem ser vistos como componentes de uma grupo social e não como indivíduos isolados, é algo decisivo para o trabalho na escola.

O compromisso do educador com as camadas populares é ainda confuso para muitos profissionais, porque essa decisão perpassa questões de poder, medo de ser banido do emprego, desmotivação salarial, falta de infra-estrutura mínima no local de trabalho e além disso outras tantas dificuldades que contribuem para "emperrar" o trabalho em conjunto com o povo. Dificuldades estas materializadas no fato de que a educação pública no país - para as classe trabalhadora - não tem tido a devida prioridade, embora esteja garantida como direito de todos, nos textos legais.

A constituição assegura que "o dever do Estado com a Educação efetivar-se-á mediante a garantia do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade". Entre a intenção e a prática, porém, percebemos ainda um grande abismo, senão vejamos: a nível de Ceará, por exemplo, o UNICEF afirmou que "apenas 46% das crianças da zona rural frequentam a escola; 80% das crianças estão atrasadas; 700 mil crianças e adolescentes no estado são analfabetos e 25% dos alunos matriculados no 1º Grau são reprovados" (O POVO, 01/02/94).

Esses dados indicam que apesar dos esforços feitos, a grande maioria das crianças, no período citado, não tinham acesso à escola, e sobretudo à escola e educação de boa qualidade.

Mesmo com todas as dificuldades colocadas, observa-se que os trabalhadores continuam lutando por escolas para si e seus filhos. A luta por frequentar e participar de uma escola de qualidade está inclusa nas lutas para não ficarem - os trabalhadores - marginalizados econômica, social e culturalmente. (ARROYO, 1990).

Para que se torne mais fácil enfrentar todos esses problemas, faz-se necessário que a escola e comunidades - juntas - passem a lutar pelos seus direitos. É justamente com essa ideia que iniciamos a discussão do segundo ponto: como se forma o verdadeiro cidadão?

A escola é uma instituição que em muito pode contribuir para formar o cidadão - instrução, socialização, conscientização sobre os direitos, assessoria à comunidade - no entanto, é importante esclarecer que esse não é o único espaço onde se dá a construção da cidadania. Esse alerta vem no sentido de que não caiamos num ufanismo profundo e num otimismo desmesurado, acreditando que todas as pessoas que passam pela escola estão formadas para a cidadania.

Podemos incorrer no risco de reduzir o entendimento de cidadania à instrução, na medida em que fortalecemos a idéia de que as pessoas precisam ter responsabilidade e capacidade para participarem, opinarem e tomarem decisões, e que esse aprendizado só pode ser viabilizado na escola. O discurso de que para adquirir maturidade e responsabilidade política é necessário passar apenas pela educação formal é contraditório quando confrontado com a prática, já que ao povo restam as piores condições possíveis para se apropriarem do ensino formal.

A questão da cidadania não pode, portanto, ser restrita à educação/ordem social, já que não é uma dívida absoluta da escola ou de qualquer outra instituição. A cidadania é, sobretudo, uma prática política e social.

A cidadania se constrói enquanto um processo onde o acúmulo de experiências individuais e coletivas fundem-se na constituição de saberes (sociais e científicos) possibilitando a organização, luta e resistência popular na conquista de seus direitos essenciais.

Então, quer dizer que a escola é algo bem pequeno e pode até ser deixada de lado, já que argu-

mentamos aqui, que ela não é a única formadora do cidadão? Em absoluto, a escola é muito importante e imprescindível - já o afirmamos anteriormente - . Apenas estamos adentrando numa reflexão inicial para percebermos os seus limites e suas possibilidades, pois acreditamos que delimitando a "função social da escola" podemos dar uma qualidade maior ao que é possível ser feito nessa instituição. Se voltada para os reais interesses das camadas populares, a escola poderá exercer um papel fundamental na formação da cidadania, mas não poderá, entretanto, determiná-la.

## 6 TOMANDO PARTIDO PELA PARTICIPAÇÃO

Escola e comunidade têm feito tentativas mútuas de aproximação. Por vezes essas experiências acontecem de forma desajeitada em vista dos anseios diferenciados de diretores, professores, pais e alunos.

Enquanto os primeiros (diretores e professores) esperam dos pais apoio econômico, acompanhamento às tarefas dos filhos, prestação voluntária de serviços à escola e presença nas reuniões, os pais desejam uma escola de qualidade, com merenda escolar diária, bom ensino, cursos profissionalizantes, professores dinâmicos e capazes, diretores compreensivos com relação à sua precária situação econômica, enfim, uma escola que possibilite a seus filhos uma "sorte" melhor do que aquela que eles mesmos tiveram.

Os alunos, por sua vez, gostariam de frequentar uma escola nos moldes da escola particular eficiente - porque existem escolas particulares que deixam muita a desejar em termos de eficiência e mesmo das instalações físicas (VIEIRA, 1991;11). Os alunos gostariam que não faltassem professores, que os livros chegassem no início do período letivo, que as escolas oferecessem cursos de língua estrangeira, que houvesse extensão de série, já que grande parte da escola pública - principalmente nos bairros periféricos e na zona rural - só funcionam até a 4a. ou 6a. séries.

Isolados nos seus "quereres" distintos, torna-se difícil construir uma escola que funcione na dimensão comunitária. Sem o diálogo constante não se pode passar à ação para fazer o que é possível ser feitos por todos, então: onde não há ação comu-

nicativa não pode existir comunidade participativa.

Por outro lado, já podemos apontar experiências bem sucedidas no entendimento entre comunidade e escola pública<sup>5</sup> e, geralmente quando isso ocorre alguns requisitos podem ser observados: relação de diálogo entre a escola e a comunidade, conhecimento do bairro pelos educadores, movimento popular organizado na área onde está a escola, postura democrática dos diretores e professores, respeito da escola à cultura dos moradores do bairro, contribuição mútua nas lutas e abertura da escola em horários alternativos, como espaço de lazer e cultura para a comunidade .

Falaremos agora sobre cada um dos requisitos acima apontados, no sentido de reforçar a viabilidade da proposta participativa entre escola e comunidade.

### 6.1 *Relação de diálogo entre escola e comunidade*

A palavra é um exercício do poder "... o direito de falar e ser ouvido é o ofício do senhor. Os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu, o mundo do outro" (BRANDÃO,1986;7).

A prática do autoritarismo, na sociedade brasileira, tem sido uma constante desde a nossa colonização, embora durante todo esse período tenhamos vivenciado processos democráticos, levados à frente pelos expropriados, de um lado, e barrados por grupos que poderiam ter seus interesses prejudicados, do outro lado.

No entanto, o direito de falar tem sido ,realmente, um ofício do "senhor", que percebe o quanto a "palavra" é poderosa, seja ela escrita ou falada. Não é à toa que essa palavra vem sendo negada enquanto direito dos "súditos". De modo geral, as ideias vão sendo introjetadas socialmente de forma tão forte que em todos os lugares, parece natural encontrarmos aqueles que dizem e escrevem a palavra porque sabem fazê-lo (saber/poder) e os que escutam, calam ou repetem a palavra dita, porque não tiveram a oportunidade de aprender a escrever e dizer essa palavra.

CHAUÍ (1986) afirma que entre o saber e o não - saber vão constituindo-se práticas de confor-

<sup>5</sup> Ver, por exemplo MATOS, Kelma S. L de - A LUTA DO POVO POR ESCOLA: uma experiência na comunidade Jardim União. (Monografia - Curso de Especialização em Metodologia da Pesquisa em Educação- UFC- FACED). Fortaleza, 1991.

mismo e resistência. Embora a elite detenha os meios de produção, os postos de autoridade e o “saber”, precisa constantemente “vigiar” o povo para que esse não se transforme num emissor ou receptor autorizado, já que horas conforma-se e noutras, resiste.

Um exemplo dessa resistência pode muito bem ser observado na relação de diálogo entre escola e comunidade porque juntas, certamente, poderão não só romper com o “cordão de isolamento” que cerca a escola como também constituir uma prática social e política forte, ultrapassando o vício do autoritarismo ao ensaiar passos rumo à participação.

Ao falar, ser ouvida e ouvir, a escola aceita, entre outros, o desafio de melhorar a qualidade dos seus serviços, propiciando o conhecimento formal com maior responsabilidade, pois as demandas dos pais serão intensificadas.

A comunidade, ao experienciar ser ouvida por uma instituição oficial, tomará uma consciência maior da escola enquanto espaço de todos os moradores e passará a zelar mais por ela, descobrindo o real sentido do público. Os alunos, provavelmente, melhorarão o seu rendimento e responsabilidade com a escola ao perceberem que, apesar dos limites cotidianos, muitas possibilidades podem ser desvendadas no âmbito escolar.

## **6.2 *Conhecimento do bairro pelos educadores***

O conhecimento do bairro pelos educadores é outro ponto de fundamental importância na reflexão sobre o participar da escola na comunidade e da comunidade na escola.

Quando os educadores moram no bairro em que ensinam, faz-se mais fácil a sua prática profissional, porque conhecem em média o número de moradores, os recursos de que o bairro dispõe, as dificuldades/facilidades diárias dos pais dos alunos, as festas populares ali realizadas, enfim o educador - por ter uma aproximação “geográfica” com a comunidade - poderá atentar com maior facilidade para a realidade concreta dos moradores, e por isso decidir com mais elementos sobre as regras e normas institucionais e a vida concreta dos alunos - pagamento de taxas, uso diário de fardamento, compra de material escola, linguajar e forma de expressão do aluno.

O fato de morar longe do bairro em que trabalha não determina que o profissional de educação tenha uma prática profissional deficiente. O compromisso do professor com os alunos não se expressa apenas nisso. Muitos educadores optam por fazerem pesquisas nos bairros que ainda não conhecem, procurando saber mais sobre a comunidade - número de analfabetos, costumes, número de escolas, igrejas e clubes do bairro, religiões professadas, instituições filantrópicas, hospitais e outros serviços oferecidos.

Deve-se atentar que ao reconhecer o estado de carência sócio-econômica dos alunos, a postura do professor não pode se inclinar para a piedade, diminuindo a qualidade e quantidade de conteúdos ou passando de uma série a outra, estudantes que não têm a mínima condição para isto. Há que se buscar uma mediação entre o que se gostaria de fazer e o que é possível ser feito, levando em conta que trabalhando com criatividade, democracia e com a realidade torna-se mais fácil desenvolver um trabalho com bons resultados.

## **6.3 *Movimento Popular organizado na área onde está a escola.***

Quando existe movimento popular organizado na área onde se localiza a escola, na maioria das vezes a escola nasce a partir das lutas desse movimento. A escola é considerada pelas organizações comunitárias como uma necessidade básica, tão importante como saneamento, moradia e saúde, porque além de preparar formalmente - instrução - as pessoas do bairro, a escola funciona também como um espaço que credencia o bairro socialmente - após a implantação da escola, fica mais fácil conseguir posto telefônico, linha de ônibus que passe por dentro do bairro, creches para as crianças menores e outros serviços.

As pessoas que participam do movimento popular reconhecem-se nos outros moradores a partir de suas carências comuns e através das lutas aprendem a “falar” e “gritar” por seus direitos. Quebram a regra de que “o falar é ofício do senhor” e constroem o político num espaço onde antes ele não era pensado. Por já terem vivenciado o poder da palavra falada, os participantes do movimento popular lutam pela implantação e permanência de uma escola de qualidade em seus bairros, querem ter acesso à “palavra escrita”, entre outras coisas.

Há uma troca de saberes entre escola e movimento organizado. Juntos eles detêm mais força para lutar, perder, perseguir seus direitos e muitas vezes conquistá-los, na medida em que toda experiência seja ela de perda ou conquista deverá servir de reflexão para futuras lutas.

#### **6.4. *Postura Democrática dos Diretores e Professores***

Diretores e Professores constituem-se peças-bases ao processo de democratização da escola pública, podendo criar um clima institucional favorável à participação comunitária se comprometido - apesar das dificuldades - com a qualidade do ensino e com a luta por autonomia das escolas.

A prática mais usual nas escolas públicas é, geralmente, a de que os diretores tomam todas as decisões, os professores ensinam, os alunos estudam e os pais vão à escola quando chamados. Essas funções, habitualmente, especificadas e reduzidas geraram na escola um processo intenso de desgaste.

A insatisfação crescente em todos os setores ligados à questão escolar/educacional, entre outros fatores sociais, implicou em mudanças na estrutura administrativa escolar. Dois pontos podem ser apontados na ascensão da nova experiência participativa: "a eleição de diretores de escola, e a formação de colegiados escolares".(GOMES,1993:5).

Mesmo nas escolas onde já acontecem eleições de diretores e os colegiados escolares funcionam - diretores, professores, funcionários, pais e alunos decidindo - muito caminho ainda há que ser percorrido, porque as decisões tomadas, por vezes, não podem ser colocadas em prática devido à falta de autonomia da escola, principalmente no setor financeiro.

Apesar dos fatores negativos, percebe-se que professores e diretores, ao assumirem uma postura mais aberta, aliam-se à população com a qual trabalham, podendo contar com o apoio desta para o que for necessário.

#### **6.5 *Respeito à cultura dos moradores do bairro***

Normalmente, quando se fala em cultura do povo ou popular, faz-se essa alusão em contraposição a uma cultura "erudita" - das elites. Assim toda experiência e acúmulo social do popular são associados à pobreza, e de imediato, desvalorizados.

Essa depreciação já foi mais grave. Hoje mais pessoas percebem a riqueza da cultura popular, expressa nas suas interpretações do mundo: fazendo poesia, teatro, festas, cantando, escrevendo textos, estudando e vivendo. A cultura popular é uma forma de "resistência" da classe menos favorecida socialmente, e por isso produz um saber próprio, negado a todo instante pela classe dominante - que é quem "decide" o que é erudito e o que é popular.

Por muito tempo a questão da alfabetização, leitura e escrita foi um privilégio de uma minoria. Atualmente, há uma tendência de generalização desse "saber", devido as lutas das classes populares pelo acesso à escola. De qualquer forma, o acesso das crianças à escola ainda é bastante dificultado, mas o povo continua resistindo e desejando a apreensão do saber formal. Isso pode ser mais fácil quando não se nega o "saber da experiência", que pais e alunos trazem acumulados.

Respeitar a cultura dos moradores do bairro é tornar legítima a vida dessas pessoas, tanto quanto é legítima a escola. A compreensão da junção desses saberes, "escolar" e "experiência", é o entendimento totalizador dos processos sociais e o desmonte dessa falsa polarização entre "erudito" e "popular".

#### **6.6 *Contribuição mútua nas lutas e abertura da escola em horários alternativos***

A organização popular do bairro, geralmente, contribui para a implantação e permanência da escola no bairro, através de suas lutas, que se assessoradas pela escola, adquirem uma dinâmica mais eficaz.

A importância da escola para a comunidade vai além da qualificação para elevar sua força de trabalho. Os trabalhadores organizados, desejam instrumentalizar-se para entender/decifrar melhor a realidade que vivenciam e organizarem melhor suas lutas, obtendo maiores conquistas.

A importância do educador conhecer o bairro vem, também, no sentido de qualificar a assessoria que pode ser oferecida aos moradores no enfrentamento dos problemas cotidianos. Quando há, de fato, uma interação entre escola comunidade, os moradores chegam a apoiar publicamente as lutas por melhores salários e condições de ensino, junto com os professores.

A contribuição mútua das lutas, fortalece escola e comunidade, e demonstra, na prática, que

nesse processo, educam-se comunidade e professores quando refletem sobre os seus problemas, elaboram novas formas de resistência e luta, e negam a prática do autoritarismo escolar.

Muitos bairros não possuem espaços apropriados para fazerem grandes reuniões, festas populares, e até mesmo celebrar seus ritos religiosos. A escola vem, acertadamente, abrindo suas portas - em horários alternativos - para ceder o espaço à comunidade. Esta postura reforça a verdade de que a escola é realmente da comunidade, estimula os moradores à zelarem pelo que lhes pertence e cria um novo espaço no interior do espaço escolar. Além de carteiras, fardas, provas, alunos e professores, passa a existir o povo, risos, festa, organização política, respeito.

## BIBLIOGRAFIA

1. ARROYO, M. - A Escola e O Movimento Social : Relativizando a Escola. In Revista ANDE n.12 p. 15-20. 1989.
2. BRANDÃO, Carlos R. - O Que é Educação. São Paulo : Brasiliense .Primeiros Passos. 1986.
3. GOMES, Cândido A. - Gestão Participativa nas Escolas - Resultados e Incógnitas - artigo

elaborado para o Seminário sobre "Gestão Escolar: Desafios e Tendências. Org. IPEA. Pirenópolis. Junho. 1993.

4. MARQUES, Mario O. - Escola e Cidadania In: Rev. Contexto e Educação. Nº. 10 Abril/Junho 1988.
5. MATOS, Kelma S. L. de - A Luta do Povo por Escola: Uma Experiência Na Comunidade do Jardim União. Monografia apresentada para obtenção do título de Pós-Graduação em Metodologia da Pesquisa em Educação. Fortaleza. 1991.
6. PARO, Vítor Henrique - Participação Popular na Gestão da Escola Pública - Tese de Livre Docência Apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - São Paulo, 1991.
7. SPOSITO, Marília - A Ilusão Fecunda - A Luta por Educação nos Movimentos Populares. São Paulo: Hucitec/Edusp. 1993.
8. TIRIBA, Lea - Buscando Caminhos para a Pré-Escola Popular. São Paulo. Ática, 1992.
9. VIEIRA, Sofia L. - O Público e o Privado : Um Desafio para a Pesquisa Educacional. Fortaleza. Dez. 1991. Texto mimeografado. Comunicação apresentada no X Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste.